



- IV - exibir ou distribuir "santinhos", flâmulas, bandeiras, broches, bonés, dísticos ou qualquer outro material de propaganda político-eleitoral ou partidária;
- IV - na execução de programas de inclusão social em curso no Município de Niterói:
- a) usar vestuário que identifique coligação partidária, partido político ou candidato desta ou de eleições pretéritas;
- b) portar, exibir ou distribuir "santinhos", flâmulas, bandeiras, broches, bonés, dísticos ou qualquer outro material de propaganda político-eleitoral ou partidária; ou
- c) efetuar qualquer manifestação que se caracterize como propaganda político-eleitoral ou partidária.
- V - negar ou retardar ato de ofício tendente a apurar e/ou punir transgressões pertinentes à origem de valores pecuniários, abuso de poder econômico ou abuso do exercício de função, cargo ou emprego na Administração Direta ou Indireta do Município;
- VI - praticar ato que venha interferir no processo político-eleitoral, beneficiando coligação partidária, partido político ou candidato, de maneira a influenciar o livre poder de escolha do cidadão, interferindo no equilíbrio do pleito.

DOS IMPEDIMENTOS RELATIVOS A ATOS DE PESSOAL

Art. 8º É vedado ceder servidor público ou empregado da Administração Direta ou Indireta ou usar de seus serviços para comitês de campanha eleitoral de candidato, partido político ou coligação, durante o horário de expediente normal, salvo se o servidor ou empregado estiver legalmente afastado do exercício de suas funções.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 9º É vedado aos servidores públicos afastados de seus cargos para concorrer a mandato eletivo, realizar campanha, mediante o comparecimento nas repartições públicas para exercer influência sobre os colegas de trabalho no horário de expediente, a fim de recrutar votos.

Art. 10. A violação do disposto neste Decreto deverá ser imediatamente comunicada à autoridade hierarquicamente superior, que deverá comunicar à Procuradoria Geral do Município para a adoção dos procedimentos administrativos cabíveis para apuração e responsabilização dos infratores.

Art. 11. A infração a qualquer dispositivo deste decreto e da legislação eleitoral será de inteira e exclusiva responsabilidade do agente público que a cometer, sujeitando-se a responsabilidade administrativa, civil e penal pelos atos a que der causa.

Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até 31 de dezembro de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI, EM 28 DE JULHO DE 2022.

AXEL GRAEL – PREFEITO

Portarias

Port. 939/2022 - Fica designado Mateus Quintão e Silva para responder pela Secretaria-Executiva do Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia de Niterói.

Port. 940/2022 - Fica designada Bruna Souza Lopes Graça a compor a Assessoria Técnica do Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia de Niterói.

Port. 941/2022 - Conceder vacância, com fundamento no artigo 83, inciso IX da Lei Municipal nº 531/1985, ao cargo de PROCURADOR DE SEGUNDA CLASSE, classe P2, categoria I, ocupado pela servidora **PRISCILA MARIA DANZIGER SCHECHTER**, matrícula nº 1.239.958-4, a contar de 08/04/2022, por posse em outro cargo inacumulável, de acordo com o Processo nº 070001338/2022; e,

Declarar vago o referido cargo.

Port. 942/2022 - Considera nomeada, a contar de 01/07/2022, **LUCIA REGINA DA SILVA PENHA** para exercer o cargo de Chefe da Seção de Apoio Técnico Multiprofissional, FMS-7, do Centro Regional de Atenção Psicossocial - Casa do Largo, da Vice Presidência de Atenção Coletiva, Ambulatorial e de Família, da Fundação Municipal de Saúde, em vaga decorrente da exoneração de Juliana Rodrigues de Mello Chagas.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

1ª COMISSÃO PROCESSANTE - PROCESSO Nº 020/2788/2022 - PORTARIA Nº 1934/2022 - Designar **JORGIANE SOARES PACHECO** para atuar como secretária da referida Comissão.

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E MOBILIDADE, PROCURADORIA

GERAL DO MUNICÍPIO E A CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO

RESOLUÇÃO CONJUNTA SMU/PGM/CGM Nº 2, DE 28 DE JULHO DE 2022.

Reajusta a Tarifa Única no Serviço de Transporte Público Urbano Niterói - STPN e dá outras providências.

O Secretário Municipal de Urbanismo e Mobilidade, o Procurador Geral do Município e a Controladora Geral do Município, no uso das atribuições delegadas por meio do Decreto nº 13.270, de 28 de junho 2019; e

CONSIDERANDO o que consta do processo administrativo nº 080/1191/2022;

CONSIDERANDO a necessidade de se reajustar os valores unificados das tarifas do Serviço de Transporte Público Urbano Niterói - STPN, para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão; e

CONSIDERANDO que as cláusulas 5.2 e 5.6 dos contratos de concessão nºs 106/2012 e 107/2012 garantem aos concessionários o reajuste anual das tarifas;

CONSIDERANDO que o reajuste tarifário é ato unilateral vinculado, decorrente de previsão contratual expressa, não cabendo ao Administrador discricionariedade na tomada de decisão em concedê-lo ou não, restando juízo de valor apenas quanto ao montante a ser efetivamente concedido;

RESOLVEM:

Art. 1º Fica reajustada a **TARIFA ÚNICA** no Serviço Público de Transporte Coletivo de Passageiros por Ônibus - STCO -, independente da extensão do itinerário da linha, para o valor de R\$ 4,45 (quatro reais e quarenta e cinco centavos).

Parágrafo único. Os veículos "Ônibus Urbanos Com Ar Condicionado" não poderão adotar tarifas diferenciadas, devendo observar a tarifa modal estabelecida no caput do art. 1º desta Resolução.

Art. 2º Fica estabelecida a necessidade de contratação de estudo de reequilíbrio econômico-financeiro da concessão do Serviço de Transporte Público Urbano de Niterói.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor a partir de 0h (zero hora) do dia 30 de julho de 2022, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

UNIDADE DE GESTÃO DO PROGRAMA REGIÃO OCEÂNICA SUSTENTÁVEL

Extrato SMO/UGP/CAF nº 015-A/2022